

Acerto com o FMI exigirá mudanças

RUI ROCHA

Os objetivos e a estratégia da política econômica sofrem uma guinada de 180 graus. A prioridade é a solução da dívida externa e por causa disso o acordo com o Fundo Monetário Internacional é um problema que exige solução imediata.

Segundo auxiliares diretos do Presidente Sarney, um de seus arrependimentos no Governo é ter autorização as experiências econômicas dos teóricos do PMDB, com os Planos Cruzado nas versões Funaro e Bresser. A alternativa é o entendimento com os banqueiros, o que passa pelo FMI, uma imposição dos credores, como condição para a renegociação da dívida externa.

Além da imposição dos banqueiros, o Governo brasileiro tem outras razões para recorrer ao FMI. Em primeiro lugar, porque não tem condições de honrar seus compromissos internacionais. A moratória, depois de onze meses, não ofereceu nenhum resultado positivo. O País sai dela com uma dívida externa maior do que antes e com menos dinheiro para pagar os títulos da dívida. As reservas cambiais brasileiras não passam de US\$ 4 bilhões e os compromissos anuais do Brasil com o pagamento dos juros da dívida chegam a US\$ 12 bilhões.

Para conseguir dinheiro do Fundo, qualquer País terá de submeter a uma série de imposições, que comecem com as taxas de juros e os prazos de pagamentos impostos pelo próprio FMI, além de satisfazer uma série de outras condições, impostas para assegurar que os empréstimos serão pagos e que impliquem adoção de políticas de ajuste econômico concebidas pelos próprios economistas do FMI, com o objetivo de equilibrar receita e despesa.

Segundo a tradição do Fundo Monetário Internacional, as dificuldades econômicas dos países decorrem, sempre, de políticas econômicas equivocadas e de incompetência ou levandade na execução de seus programas econômicos. A partir daí, invariavelmente, os programas de ajustamento econômico aprovados pelo FMI como condição para seu

aval nas negociações desses países com os credores, incluem restrições ao crédito bancário, redução do consumo interno, aumento dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais junto ao Banco Central, limitação do endividamento externo, e contenção das despesas governamentais. O Fundo Monetário aponta os caminhos para se conseguir isso: aumentar as exportações e diminuir as importações, para aumentar a disponibilidade cambial necessária ao pagamento dos credores; reduzir o consumo interno, o que permitirá o aumento das exportações; abandono da ideia de controle de preços; aumento dos juros e outras medidas que forem necessárias para redução dos recursos à disposição da economia (redução da base monetária) e limite rígido dos reajustes salariais.

Mesmo sem reatar com o Fundo Monetário Internacional, não tem outro sentido, o projeto de política fiscal anunciado recentemente pelo Ministro interino da Fazenda. O Governo quer aumentar a arrecadação para cobrir o desequilíbrio do déficit público.

As críticas aos programas do FMI começam com a acusação de que são recessivos, porque criam dificuldades para o consumo interno. São programas feitos levando em conta, sempre, os interesses dos países ricos, que dominam o poder de decisão do próprio Fundo, e não atendem, por isso mesmo, aos interesses dos países subdesenvolvidos e endividados.

Os críticos do Fundo Monetário afirmam que quando um país recorre à ajuda de organismos internacionais de crédito, geralmente já reduziu ao máximo suas importações, o que implica afirmar que cortar mais as compras no exterior, levaria à redução da atividade industrial e até à escassez de alimentos. Estão aí as conotações recessivas dos programas do FMI.

Dizem os que discordam das fórmulas do Fundo Monetário que a partir da opinião preestabelecida, de que as dificuldades dos países decorrem do excesso de despesas, o FMI indica o caminho da redução do con-

sumo e, portanto, da recessão econômica.

A escola monetarista dos economistas do Fundo defende a tese de que a diferença entre os gastos domésticos e a renda doméstica é igual ao déficit em transações correntes. A explicação do Fundo Monetário Internacional pressupõe que o excesso de importações deve ser satisfeito pela produção interna. Para que isto fosse verdade, dizem os que discordam destas soluções, seria necessário que a capacidade instalada da indústria do País já estivesse plenamente realizada, o que não é o caso brasileiro. Além disso, o FMI acredita que as exportações podem aumentar, desde que os recursos em função do mercado interno, sejam deslocados para a produção destinada às exportações.

Considerando que o parque industrial do Brasil, como de outros países em desenvolvimento, depende da importação de bens de capital e de insumos básicos, além de enfrentar demandas inelásticas por suas exportações, sem contar que as perspectivas internacionais do comércio exterior, em 1988, são as piores possíveis, não é difícil concluir, dizem os críticos do FMI, que os programas do Fundo provocam redução da produção industrial e desemprego.

O combate à inflação, nas receitas do Fundo, são também motivo de críticas severas. Para o FMI, os aumentos dos preços são consequências direta de demanda excessiva na economia. Os economistas não monetaristas acham que é um absurdo falar em excesso de demanda em países onde 80% da população vivem em estado de pobreza extrema, como é o caso do Brasil. Os programas do FMI também incluem como medidas complementares para reforçar seus instrumentos de política monetária, a elevação dos impostos e a eliminação dos subsídios às atividades da produção e do comércio, indiscriminadamente.

Os críticos do FMI afirmam, finalmente, que não há exemplo de País que tenha adotado suas fórmulas e que tenha conseguido manter o crescimento econômico.